

# ECOLOGIA E PODERES: O DISCURSO ECOLÓGICO DA IMPRENSA BRASILEIRA À LUZ DO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT E PIERRE BOURDIEU<sup>1</sup>

Antonio Teixeira de BARROS  
Professor no Curso de Comunicação  
Social do Centro Universitário de Brasília

## RESUMO

*Este artigo analisa as relações de poder no discurso da imprensa brasileira sobre ecologia, no período de 1972 (Eco 72) a 1992 (Eco 92), utilizando como base a perspectiva teórica de Michel Foucault (o saber considerado pelos discursos) e de Pierre Bourdieu (o poder simbólico e o campo jornalístico). A interferência do Estado e do mercado na produção discursiva da imprensa sobre meio ambiente dá-se, sobretudo, sob a perspectiva econômica, ou seja, o campo econômico constitui o principal campo de poder que exerce força sobre a produção jornalística acerca da ecologia no Brasil.*

**Palavras-chave:** Sociologia e Ecologia. Sociologia do meio ambiente. Ecologia e Poder. Imprensa e Ecologia.

## ABSTRACT

*This article analyzes the relationships of power in the discourse of the Brazilian press about ecology, in the period*

*from 1972 ("Eco 72") to 1992 ("Eco 92"). It uses as basis Michel Foucault's theoretical perspective (knowledge considered by the discourses) and Pierre Bourdieu (symbolic power and journalistic field). The interference of the State and the market in the press discursive production of an environment is made under the economic perspective: the economic field constitutes the main field of power that exercises force on the journalistic production concerning ecology in Brazil.*

**Keywords:** *Sociology and ecology. Sociology of environment. Ecology and power. Press and ecology.*

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é desenvolver uma reflexão sobre as relações de poder que permeiam o discurso jornalístico sobre ecologia, no período de 1972 – ano em que foi realizada a primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco 72), em Estocolmo – a 1992, quando se realizou a Eco 92. A análise é realizada com base, principalmente, na perspectiva teórica de Michel Foucault, ou seja, de que o saber deve ser considerado pelos discursos.

Mais especificamente, fundamentamo-nos na relação entre poder e saber para refletir a respeito das implicações sociais e políticas da constituição de um campo de saber-poder emergente da questão ecológica no Brasil. A imprensa é tomada como um dos principais atores desse campo, tendo em vista seu relevante papel na divulgação dos fatos ambientais e das diversas tendências do pensamento ecológico no Brasil. Em resumo, o objetivo maior deste trabalho é analisar como o discurso jornalístico sobre a questão ambiental foi produzido com base em determinadas relações de poder, as quais são retraduzidas de diferentes formas, pelos jornais e revistas de grande circulação. Utilizamos, ainda, as formulações de Pierre Bourdieu sobre o poder simbólico e o campo jornalístico.

Partimos da hipótese de que a imprensa opera com discurso parafrástico (Orlandi, 1988), ou seja, que sempre remete a outros discursos, sobretudo por meio dos recursos de citação, depoimentos e paráfrases das falas das fontes. No caso do discurso jornalístico sobre ecologia, rotineiramente os jornais se reportam ao discurso governamental e ao discurso científico e ambientalista, por exemplo.

O *corpus* da pesquisa compreende os textos referentes à categoria **político-ambiental**, utilizada no estudo original, baseado em uma amostra de

Ecologia e poderes: o discurso ecológico da imprensa brasileira...

matérias dos diversos gêneros jornalísticos (notícias, notas, reportagens e editoriais) de quatro jornais de circulação nacional do País: *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*. A amostra é do tipo não probabilística intencional (Berquó, 1981), ou seja, as unidades que compõem o corpo amostral são escolhidas intencionalmente pelo pesquisador, de forma a atender a seus objetivos e metas de trabalho. Optamos pelo intervalo de três meses, de modo a incluir os meses de maior incidência de informação sobre ecologia, como junho (que inclui a semana do meio ambiente, além do período de realização da Eco 72 e da Eco 92) e setembro (semana da árvore). O *corpus* inclui, portanto, os meses de abril, junho, setembro e dezembro de todos os anos do período em estudo (1972 a 1992).

Antes da análise específica da temática sobre política ambiental, é oportuno assinalarmos que durante as primeiras décadas do período em estudo, ou seja, 1970 e 1980, a cobertura de imprensa apresentava um discurso ecológico monolítico e monosssetorial, cujo protagonista era o Estado. Tal perspectiva evidenciava-se quando ressaltava o conservacionismo, pois as medidas de conservação que os jornais destacavam eram aquelas conduzidas pelos órgãos governamentais. Nessas décadas, observamos a existência de dois momentos relevantes na configuração geral do discurso ecológico-ambiental no Brasil. O primeiro, marcado pela polarização entre comunidade científica e Estado, predominou nos anos 70. O segundo, mais abrangente, além desses dois atores, já incorporou movimentos ambientalistas, políticos e sociais e organizações não-governamentais, na década de 1980. Nesse último, já se vislumbra um terceiro momento que se configurará na década seguinte, o qual será marcado pela intensificação das relações de poder no plano internacional, abordado posteriormente.

## OS DISCURSOS SOBRE ECOLOGIA E AS RELAÇÕES DE PODER

Para Foucault (1992), poder é, antes de tudo, relação, ou seja, não se limita a lugares, tempos e instituições determinadas. Nem existe de forma concentrada, isto é, não se restringe às fronteiras sociais criadas ou imaginadas. Como reforça Machado (1981), não percebemos na obra de Foucault uma teoria geral do poder. Suas análises não consideram o poder como uma realidade portadora de uma natureza, uma essência definida por suas características universais. Portanto, não existe algo unitário e global chamado poder, mas unicamente formas díspares, heterogêneas, em constante transformação. Essa concepção reforça a idéia de que o poder não é um objeto natural, uma coisa. Trata-se de uma prática social e, como tal, constituída historicamente.

Na perspectiva da teoria produtiva do poder, Foucault introduz o elemento saber, como produção daquele. Igualmente entendido como relação, o saber é visto como um elemento constituinte da estrutura social. Além disso, saber e poder são indissociáveis nessa complexa teia social de poderes. Quem detém o primeiro, possui o segundo, pois o saber tem como pressuposto a verdade e toda vontade de verdade já se constitui, em si mesma, em vontade de poder. Portanto, o poder não apenas reprime, censura, exclui, recalca, mascara e abstrai, mas também produz realidades, campos de saber, objetos e rituais de verdade (Foucault, 1971).

A questão do discurso recebe uma abordagem muito particular na obra de Foucault. Em sua visão, os discursos delimitam, modelam e criam o espaço social. Complementa ainda que o discurso não é apenas aquele que manifesta ou oculta o desejo, não é simplesmente aquele que traduz ou reflete os conflitos presentes nos sistemas sociais de dominação. É também a nossa própria voz, o nosso próprio discurso, pelo qual tentamos nos impor e nos auto-afirmar socialmente. Cada ordem do discurso constrói suas próprias regras, suas próprias normas e, assim, delimita as possibilidades de surgimento de outros discursos.

Na visão de Foucault (1971), o discurso é entendido como prática social e, portanto, deve ser compreendido a partir de sua gênese (condições de produção), que faz parte de um campo discursivo (todos os dados históricos válidos e vigentes em um certo intervalo de tempo) e de uma formação discursiva, isto é, conjunto de enunciados que se apresentam como pontos característicos de um saber.

Enfim, a contribuição maior de Foucault, para o tema em estudo, está na sua capacidade de estabelecer articulações e relações entre os diferentes elementos internos e externos, as práticas, os processos, os conceitos, os discursos – elementos aparentemente dispersos – para compor um denso quadro analítico das Ciências do Homem. Além disso, o pensamento de Foucault é instigante e nos faz pensar sobre várias questões atuais: (a) como o exercício do poder continua a interferir na produção dos saberes? (b) como se dá essa interferência no campo específico do discurso ecológico? (c) como a imprensa articula saber e poder? como a ordem do discurso jornalístico sobre ecologia delimita, modela e cria o espaço social?

### **SABERES E PODERES NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE ECOLOGIA**

Segundo Foucault, o saber desenvolve-se num campo de interesses em disputa, num campo de conflitos. No caso do conhecimento produzido pelo

Ecologia e poderes: o discurso ecológico da imprensa brasileira...

jornalismo, o que se percebe é que os discursos são gestados no interior de um campo de poder que possui especificidades muito próprias, como veremos oportunamente. No campo ecológico existem redes diversas e complexas de poderes, envolvendo diferentes atores como cientistas, tecnólogos, organismos governamentais e não-governamentais, ambientalistas, empresários e investidores. O campo da recepção dos discursos também é conflitivo e, da mesma forma, é permeado por diferentes poderes. Em todos, predomina a disputa pela satisfação de uma gama variada de necessidades igualmente variáveis. Em resumo, produção, difusão e consumo de saberes constituem um só campo de conflitos, de exercício de poder, sendo que “não há nele uma direção universal e preestabelecida” (Figueiredo, 1989: 11). Conceção essa que é extensiva aos saberes inerentes ao discurso jornalístico em torno da ecologia.

Tal como a ciência, embora construída de forma diferente, a força do jornalismo está no poder de fazer crer. A credibilidade é, portanto, seu principal capital (Berger, 1995), que se manifesta constantemente na disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. Além disso, os próprios meios de comunicação estão, continuamente, testando sua credibilidade junto aos leitores, mediante pesquisas de opinião e sondagens.

Quanto à perspectiva teórica de Bourdieu, é oportuno ressaltar que o jornalismo foi objeto de estudo desse autor, inicialmente, de uma forma genérica, como “campo da indústria cultural”. Mais recentemente é que publicou um livro sobre a cultura televisiva (Bourdieu, 1997). No entanto, autores como Berger (1995:5), mesmo antes da publicação do livro de Bourdieu *Sobre a Televisão* (1997), já se arriscam a referir-se a um campo jornalístico<sup>2</sup>, como um espaço de poder, de disputas e conflitos, que giram

*“em torno do ato de nomear, pois, nele, se encontra o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público. Este poder se concentra em quem escolhe a manchete, a foto, a notícia da primeira página, o espaço ocupado, o texto assinado ou não. É essa luta que os jornalistas (...) travam no interior do campo do jornalismo em suas concretas e históricas relações de trabalho”.*

O que justifica a perspectiva da autora em questão é que as reflexões de Bourdieu sobre o poder simbólico também se aplicam à comunicação, como nos dois exemplos a seguir:

- *“o poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de*

*mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário” (Bourdieu, 1989:14).*

*- “o poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. Isso significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo - classe, sexo, região, nação - só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido, segundo um princípio qualquer dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento” (Bourdieu, 1989:167).*

Existe, assim, uma forte relação entre discurso jornalístico e enunciação social ou dizer social, na expressão de França (1997), o que significa que um jornal não “fala” simplesmente para a sociedade, mas constitui, de certa forma, uma fala da sociedade. O poder da enunciação e da construção de sentidos estaria na relativa e talvez crescente autonomia que a imprensa possui para construir seu discurso? Segundo Berger (1995), se o capital gira em torno do discurso e de quem possui as condições de elaboração do mesmo, é também fundamental reconhecer que a imprensa não produz apenas um tipo de discurso, mas que convivem nela diferentes tendências e que as condições sociais e institucionais no interior de onde ele é produzido contribuem na definição do contorno ou da ênfase em tipo.

Tudo isso confirma o espectro da mídia na atualidade, um poder de produzir sentidos, projetá-los e legitimá-los, conferindo visibilidade aos fenômenos que conseguiram, em primeiro lugar, atrair os jornalistas. Um poder que advém da condição de mediação, ou seja, não só de estar entre, ou de intermediar as vozes do acontecido, mas de selecionar, enfatizar, interferir por palavras e imagens na construção simbólica dos acontecimentos. Podemos afirmar, portanto, seguindo o raciocínio da autora citada, que o jornalismo, enquanto uma prática social – realizada em condições de produção específicas – capta, transforma, produz e faz circular acontecimentos, interpretando e nomeando situações do presente (Berger, 1997).

## A POLÍTICA AMBIENTAL NA COBERTURA JORNALÍSTICA

A política ambiental, em nível nacional, constitui a segunda categoria mais importante no período analisado e a mais reveladora das relações de poder entre imprensa e Estado<sup>3</sup>. Nesse tópico, praticamente, todos seguem as mesmas

Ecologia e poderes: o discurso ecológico da imprensa brasileira...

tendências: ora veiculam críticas ao Governo Federal, ora exaltam suas medidas na área da ecologia. Vale ressaltar ainda que matérias favoráveis ao Governo são mais numerosas. Além disso, as críticas não são feitas pelos próprios jornais, mas sempre por meio de uma pessoa ou instituição, mediante o recurso de declarações ou citações de trechos de depoimentos, citados no corpo da notícia. Os periódicos tornam-se essencialmente mediadores. Para se ter uma idéia mais clara de como os dois aspectos em referência aparecem, fizemos uma seleção de matérias de todos os jornais.

#### **A) Matérias que apresentam o ponto de vista do Governo:**

- “Satélite auxiliará a SEMA a preservar” (OESP, 17.09.74);
- “Brasil limpa seu ar e dá exemplo a ricos” (OG, 13.06.90);
- “Brasil executará programa ambiental ousado” (OG, 21.06.91)
- “Sarney anuncia política ambiental e faz duras críticas aos países ricos” (FSP, 07.03.89);
- “Ecologista faz elogio aos planos de Collor para o meio ambiente” (FSP, 22.03.90);
- “Estado anuncia maior proteção a mananciais” (FSP, 05.06.84);
- “O meio ambiente está à frente das mudanças no país” (JB, 14.09.91)
- “Poluição será controlada” (JB, 21.01.90);
- “País terá controle ambiental” (OESP, 03.06.76);
- “Política nacional, a salvação do ambiente” (OESP, 05.06.88);
- “Plano vai cuidar da gerência de recurso costeiro” (JB, 13.06.84).

#### **B) Matérias que criticam a política governamental**

- “SEMA e IBDF divergem quanto à área de ação” (ESP, 30.10.74);
- “Criticadas as soluções casuísticas” (JB, 01.06.78)
- “Ferraz faz críticas à atuação da SEMA” (ESP, 16.03.77);
- “Por falta de projeto, Brasil pode perder crédito alemão para preservar florestas” (FSP, 25.06.89);
- “Política ambiental permanece indefinida” (FSP, 26.10.90);
- “Deputados reclamam ao Presidente do desleixo quanto ao meio ambiente” (JB, 24.06.87)

- “Investimento reduzido mantém ameaça sobre ecologia” (JB, 17.06.88);
- “Sem verba, plano não sai da gaveta” (OG, 3.6.86);
- “Messias Franco critica atual política ambiental” (OG, 03.06.86).

Com essas duas perspectivas discursivas, percebe-se que os jornais apresentam um discurso que pode ser considerado como polêmico-simplificador. *A priori*, como salienta Barros (1995:124), qualquer discurso pode ser considerado polêmico, uma vez que pode suscitar diferentes interpretações e instaurar sentidos que até sugerem contradições e oposições, dependendo da direção interpretativa adotada. Daí porque consideramos as tendências discursivas apontadas como sendo polêmicas, mas ao mesmo tempo também como simplificadoras. Assim, entende-se por discurso polêmico simplificador, no âmbito deste trabalho, a oposição de enunciados, cujo objetivo é simplificar as opiniões e pontos de vista, a fim de reforçar uma interpretação implícita.

Uma marca característica desse tipo de discurso é que o mesmo é regido pelo princípio do processo parafrástico, que consiste em expressar o conteúdo de modos diversificados, à guisa de paráfrase, sem alterar sua essência, ou seja, permite a produção do mesmo sentido sob formas diferenciadas, com base em uma matriz de linguagem, conforme Orlandi (1988:20).

A contraposição ao tipo de discurso aqui caracterizado seria o *discurso polêmico-analítico*, somente com o objetivo de melhor precisar o sentido do *discurso polêmico-simplificador*, uma vez que o polêmico analítico não se aplica ao noticiário examinado. Entende-se por discurso polêmico-analítico aquele que abriga múltiplos sentidos, sem a predominância da polarização contra/a favor de determinada questão. Constitui, portanto, “um campo intermediário no circuito argumentativo, à guisa de ponto de intersecção, com a ressalva de que abrange não só elementos comuns entre um campo ‘A’ e um campo ‘B’, mas todos os incomuns também” (Barros, 1995:154). Por isso que é denominado lugar de múltiplos sentidos, podendo defender e não defender, visto que a direção imputada aos argumentos não é única, nem linear. Trata-se de um discurso que apresenta um “equilíbrio tenso entre polissemia e paráfrase, em que (...) o objeto do discurso não está obscurecido pelo dizer, mas é direcionado pela disputa (perspectivas particularizantes) entre os interlocutores, havendo assim, a possibilidade de mais de um sentido” (Orlandi, 1988:24).

Outro dado que observamos é que há acentuada tendência de todos os jornais para focar aspectos regionais da política ambiental do Governo. Dos 396 textos sobre o assunto, 93 tratam de questões locais/regionais. O jornal *O Globo*, nesse aspecto, é o mais abrangente, com 39 textos, sendo 17 sobre o Estado e o Município do Rio de Janeiro e 22 relativos a diferentes estados: RS,

Ecologia e poderes: o discurso ecológico da imprensa brasileira...

MG, PR, SP, MT, SC, BA e MA. O *Jornal do Brasil* fica em segundo lugar, com 25 textos, sendo que 11 enfocam o mesmo Estado e Município e os demais: RS, SP, MG, SC, BA, PE e DF. O *Estado de S. Paulo* concentra sua cobertura na realidade paulista/paulistana, com 15 dos 21 textos, as demais matérias são concernentes a MG, RJ e PR.

A FSP é o único jornal que concentra sua cobertura ecológica no estado e no município de São Paulo. Essa postura da *Folha* também revelará a presença de relações de poder no discurso jornalístico, as quais se manifestam, aqui, na ênfase da esfera de atuação regional/local (paulista/paulistana) na área ambiental. Isso não significa que a FSP não inclua em sua cobertura jornalística temas de abrangência nacional. É necessário esclarecer que a agenda informativa do referido jornal compreende em primeiro lugar temas paulistas e paulistanos; em segundo, temas ligados às ações do Governo Federal na área de meio ambiente. A atuação das secretarias estaduais e municipais do meio ambiente constitui o foco da cobertura da FSP, apresentando, quase sempre, conotação positiva, ou seja, informações sobre medidas tomadas para sanar algum tipo de problema, como projetos agroecológicos, zoneamento ambiental e criação de conselhos estaduais de meio ambiente.

Essa constatação leva-nos a supor que tal divulgação positiva resulta do trabalho de assessorias de imprensa dos próprios órgãos governamentais em questão, mediante o recurso do *press-release*. Assim, os jornais, indiretamente, acabam servindo de meios para a publicidade das políticas públicas locais/regionais de meio ambiente. É o poder dos mecanismos institucionais de comunicação, muito utilizados pelo Governo, nos últimos anos do período em estudo. Isso fez com que, de todos os textos examinados, apenas dois apresentassem denúncias:

- “Prefeituras e autoridades ambientais nada fazem contra a destruição local” (OG, 14.06.90);
- “Governos ainda não decidiram quem salva manguezais da baía; Enquanto os governos federal e estadual não resolvem quem decretará uma unidade de preservação ambiental nos manguezais do fundo da Baía da Guanabara, eles sofrem diariamente todo tipo de destruição” (JB, 22.06.84).

Todas as demais notícias ressaltam aspectos positivos da atuação de Estados e Municípios, como se vê nos seguintes exemplos:

- “FEEMA cria Bolsa de Resíduos para acabar poluição” (JB, 03.06.82);
- “Organismo municipal protegerá o ambiente” (OESP, 29.03.75)

- “Governo tem planos para a Serra do Mar” (FSP, 03.06.84);
- “Recuperação de rio poluído é prioritária” (OG, 03.04.88);

Quanto ao Programa Nacional de Meio Ambiente<sup>4</sup>, a FSP destaca-se não só com o maior número de textos, mas principalmente pelo enfoque mais didático e crítico. Primeiro porque põe com clareza em que consiste o Programa, seus mecanismos de execução, recursos orçamentários e cronograma de atividades previstas, por região geográfica. Em segundo lugar, porque dedica uma matéria inteira à opinião de diferentes setores da sociedade como os “deputados verdes”, titulares de órgãos ambientais como o IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal) e IBAMA (Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis), ambientalistas, cientistas, empresários e “onguistas”. Os demais jornais publicaram apenas notícias esparsas sobre o Programa.

Vale ressaltar ainda, que o enfoque acerca da política ambiental em nível internacional aparece com pouco destaque (apenas 25 textos, de um total de 396). O *JB* foi o que mais valorizou o assunto, com 10 matérias, enquanto OESP, FSP e OG registram, respectivamente, seis, cinco e quatro matérias. A política do governo norte-americano constitui o tema central, em todos os jornais, seguida da CEE. Nesse último caso, destacam-se Alemanha, Inglaterra e França. O Japão é mencionado uma vez apenas. No caso dos EUA, salientam-se: medidas governamentais para reciclagem de lixo e destino de lixo tóxico; investimentos do Governo em tecnologias verdes; tentativas de parcerias ecológicas entre Governo e ONGs; definição da política de segurança ecológica e atuação política da Agência de Proteção do Meio Ambiente.

Quanto à CEE, os jornais apresentam matérias que tratam de tentativas de definir uma política ambiental comum, a exemplo da criação do imposto sobre consumo de combustíveis, proposta em 1991, pela Suíça, além de medidas isoladas de cada país, com ênfase para a Alemanha, onde “a questão do meio ambiente transformou-se numa espécie de obsessão nacional” (“Meio ambiente, a nova obsessão dos alemães”, *JB*, 27.3.88).

Enfim, a cobertura em nível internacional é limitada, superficial e concentrada no “primeiro mundo”. O resto do planeta não é sequer mencionado, pelo menos na amostra analisada. Nem mesmo os países vizinhos. Tudo leva a crer, portanto, que os jornais em referência restringem-se a reproduzir as informações divulgadas pelas agências de notícias dos referidos países, dado que reforça o pressuposto de que essas agências constituem instrumentos básicos na rede de poderes que se estabelece nas instituições de comunicação (Wolf, 1995).

Ecologia e poderes: o discurso ecológico da imprensa brasileira...

## ALGUMAS INFERÊNCIAS, INTERPRETAÇÕES E COMENTÁRIOS FINAIS

Consideramos que tanto as formulações de Bourdieu como as de Foucault podem oportunizar uma reflexão mais aprofundada acerca dos espaços de poder instaurados pelo discurso jornalístico sobre a ecologia no Brasil. Do ponto de vista do primeiro autor, porque a imprensa pode ser pensada como uma arena de disputa pela publicidade dos discursos. Trata-se de um espaço de aparência, onde o social adquire *status* de real, de legítimo, de público e notório. Sob a perspectiva de Foucault, podemos examinar os discursos sobre ecologia e meio ambiente como resultado de relações de poder que geram discursos e saberes. A dinâmica desse processo se dá ao nível das relações de poder que se estabelecem entre outros discursos acerca da ecologia (como o discurso do Estado, da comunidade científica, das ONGs e dos ambientalistas), considerando ainda que o cenário dessa disputa não se restringe ao Brasil. Esses discursos, que resultam em saber-poder, situam-se em um contexto relacional que se estabelece entre instituições de nível internacional, nacional e local.

Quanto a Foucault, gostaríamos de ressaltar dois aspectos que se aplicam à análise do poder nos discursos sobre ecologia: (a) a relação saber-poder; (b) a conotação disciplinar presente nos discursos em questão. A primeira consiste, basicamente, no caráter de divulgação científica que a ecologia adquiriu na cobertura de imprensa, saindo das seções e cadernos de informação geral para as editoriais de ciência. Está situada sobretudo no campo da forma ou formato da apresentação da informação. E, nesse sentido, vale ressaltar que a imprensa só passou a atribuir grande importância ao assunto quando esse passou a ser considerado saber científico, legitimado pela comunidade científica e pela sociedade em si. Os estudos científicos sobre poluição em Cubatão, por exemplo, alertando para os efeitos deletérios na saúde humana e as pesquisas que abordavam as conseqüências do uso de agrotóxicos em produtos agrícolas, certamente são exemplos que mostram como esse saber foi adquirindo poder. Poder de chamar a atenção da mídia; poder de alarmar, de sensibilizar o público, de produzir espetáculos, como a cobertura de catástrofes ambientais, como a exemplo do acidente com o Césio-137, na cidade de Goiânia - GO, em 1987.

Finalmente, a conotação de disciplina assumida pelo discurso ecológico na imprensa poderia ser exemplificada pela ênfase que jornais e revistas conferem ao discurso oficial sobre o assunto, cujo desejo, como salienta Carvalho (1990:235), é o de “regular as práticas ecológicas através de dispositivos disciplinares”. Trata-se, pois, de um poder disciplinar indireto (o direto é exercido pelo próprio Estado). A questão disciplinar, mesmo assim, está presente porque interfere na

maneira como a imprensa organiza seu discurso. E tal organização constitui “ação ordenadora e analítica”, a qual “reparte, esquadrinha, observa, registra, hierarquiza” (Carvalho, op. cit: 235)

É oportuno discutirmos ainda a relação entre a imprensa e o poder público, quanto à formulação e divulgação do discurso ecológico no Brasil. Sucintamente, o que observamos é que há uma relação de atração e repulsão entre Estado, imprensa, comunidade científica e ambientalistas. Jornais e revistas, por exemplo, não só divulgam a agenda ecológica oficial, mas também publicam críticas e contestações às medidas governamentais na área ambiental. Entretanto, predomina a primeira tendência. Assim, o que se pode inferir é que há uma interpenetração de discursos.

A imprensa não possui plena autonomia para a formulação de um discurso determinado, definido, unísono sobre meio ambiente. Na maioria das vezes, os meios de comunicação tornam-se receptáculos de discursos que provêm de outras esferas. Cabe explicar melhor essa questão, uma vez que existem polêmicas e divergências sobre o assunto. No campo da sociologia dos emissores, a concepção é que os meios de comunicação possuem significativa importância na formulação de mensagens e discursos sociais, devido aos mecanismos de *agenda-setting*, *gatekeeping* e *newsmaking*<sup>5</sup>.

Essa visão é compartilhada por outros estudiosos da sociologia da cultura e da comunicação, como Ribeiro (1996) e Williams (1980), os quais compreendem os meios de comunicação como sistemas de produção – e não apenas material, mas sobretudo produção simbólica. Assim, a mídia constituiria um campo de produção de conhecimento, de visões de mundo. Além disso, meios como jornais, revistas e outros também não podem ser vistos apenas como meios, canais ou veículos. A inserção desse tipo de análise no âmbito da Sociologia da Cultura decorre do fato de que as instituições de comunicação não operam desvinculadas de outras instâncias de produção simbólica, além de constituírem espaço institucionalizado, histórica e socialmente legitimado, decorrente de uma prática socialmente reconhecida. É isso que lhes confere o *status* de relativa autonomia. Segundo Ribeiro (1996:10),

*“existe uma correlação entre configuração estrutural da comunicação e legitimação institucional dos seus processos, historicamente verificável desde a origem do desenvolvimento das sociedades industriais contemporâneas. Acredita-se que as instituições de comunicação ‘construíram’, ao longo da sua existência, desde os primórdios das sociedades modernas, um lugar próprio de existência, socialmente legitimado, em virtude da natureza particular dos seus*

Ecologia e poderes: o discurso ecológico da imprensa brasileira...

*atributos, ações e finalidades. Um lugar que, no decorrer do seu amadurecimento histórico, viabilizou a criação, a demarcação e o desenvolvimento de princípios, normatizações, práticas e padrões de comunicação, cuja complexidade e diversidade atuais permitem que eles se dinamizem espacial e temporalmente de acordo, em grande parte e expressiva medida, com critérios internos a estes próprios termos”.*

Entendemos, ainda, que a publicização do discurso jornalístico nos conduz a outras questões cruciais, a começar pela sua pretensa especificidade e sua inter-relação com as demais narrativas sociais. Nesse sentido, consideramos pertinente as considerações de Berger (1995), quando afirma que o discurso jornalístico é, simultaneamente, revelador e plasmador da sociedade, em sua dimensão de atualidade cotidiana, consistindo, portanto, em textualizar a realidade. O poder da mídia estaria não só na capacidade de descrever/revelar, mas principalmente de constituir, de plasmar uma realidade social de segunda natureza. Esta seria a essência da especificidade do discurso jornalístico, inclusive quando se reporta à questão ambiental.

Não podemos subestimar, todavia, o fato de que a produção informativa inscreve-se no contexto maior da produção e reprodução social. A matéria-prima do jornalismo encontra-se nos mais diferentes campos da sociedade. Para tornar-se notícia, o acontecimento é levado para o interior de uma rede produtiva complexa e específica. Ao fim desse processo, são devolvidos à esfera pública, adquirindo ampla visibilidade, tornando-se patrimônio simbólico coletivo, mediante o efeito amplificador, característico dos meios de comunicação de grande alcance público.

Um exemplo de como se processa a força simbólica da publicidade do discurso jornalístico está nesse seu efeito amplificador junto à sociedade. De modo geral, todos os temas, aos quais a imprensa dedica um grau razoável de atenção, adquirem repercussão na sociedade, sendo incluídos na esfera do debate público.

O campo jornalístico, portanto, além de incluir todas as esferas da sociedade, também é perpassado pelos interesses que emanam de todas elas, figurando o interesse econômico, certamente, como um dos principais nessa teia social. O interesse do leitor, nesse contexto, certamente pauta-se mais pela dimensão econômica do que por outros fatores, visto que vivemos em uma época em que o consumo exerce forte poder na vida social. No caso da questão ecológico-ambiental, a cobertura se processa da mesma forma.

Em síntese, a imprensa constitui um ator social que exerce papel decisivo na constituição do discurso ecológico. Contribui para a construção do espaço de aparência e de poder representado pela informação pelo conhecimento na área ambiental. Apresenta a conotação estratégica, do “*agir-com-respeito-a-fins*”,

por ser caracterizada de forma estratégica, porque tem como meta, quase sempre, a persuasão. Trata-se, pois, de um discurso que resgata uma cosmovisão que remete ao “mundo vivido” (Habermas, 1987), pois a ecologia transcende os valores individuais e imediatistas. Ressalta o valor da vida em si, da gratuidade das coisas proporcionadas pela natureza, aludindo constantemente a arquétipos sociais que sugerem um redimensionamento dos valores coletivos. A imprensa, ao se reportar à problemática ambiental, incorpora esses arquétipos e, da mesma forma, redimensiona valores coletivos. Nisso, também manifesta seu poder de plasmar e construir sentidos

### NOTAS

- (1) Elaborado com base no corpus de pesquisa usado para a tese de doutoramento do autor, intitulada “Atores e discursos ecológicos no Brasil: Ciência, Estado e Imprensa (1972-92)”, apresentada ao Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Dra. Fernanda Sobral, em 1999.
- (2) É oportuno ressaltar que existem outras visões contrárias à de Berger. Para Ribeiro (1996), por exemplo, é um equívoco atribuir-se à mídia o status de campo, pois ela prescinde das condições estruturais requeridas pelo conceito em referência, condição indispensável para a existência de um campo social. Entre essas condições, a autora destaca a ausência de autonomia ou lógica interna, uma vez que as instituições de comunicação são extremamente suscetíveis às demandas externas do público de não-produtores e dos campos político e econômico. Além disso, seus recursos formais e de estilo são originários da tradição popular, o que a torna dependente de instâncias externas de legitimação. Não existem, portanto, critérios e normas internas de aferição de prestígio ou de distinção social. Ademais, não há instâncias próprias de consagração como a cultura erudita.
- (3) A categoria que aparece em primeiro lugar é a Eco 92. Em seguida, temos, entre as principais: devastação (3ª), poluição (4ª), movimentos ecológicos (5ª), Amazônia (6ª), estudos ecológicos (7ª) e legislação ambiental (8ª).
- (4) O Programa Nacional de Meio Ambiente ficou conhecido como “Programa Nossa Natureza”. Foi lançado em 1989 pelo Presidente José Sarney. Foi ainda um dos temas mais explorados pela imprensa, na época.
- (5) Entende-se por agenda-setting o processo de estabelecimento de uma agenda pública por parte da mídia, ou seja, “em consequência da ação dos jornais, da TV e dos demais meios de comunicação de grande alcance de audiência, “o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo” (Wolf, 1995:130). Chama-se gatekeeping, o processo relativo à dinâmica no interior dos meios de comunicação que contribui para a seleção de dados, fontes e informações, ou seja, trata-se dos mecanismos utilizados para a definição dos critérios de noticiabilidade dos valores-notícia. Esses mecanismos resultam menos de critérios subjetivos e mais de um conjunto de valores que incluem critérios técnicos, profissionais e organizativos, tais como eficiência e rapidez. Já o conceito de newsmaking é definido pelo mesmo autor como a abordagem que articula a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos processos produtivos nas empresas de comunicação, considerados elementos fundamentais para a produção noticiosa. Segundo essa abordagem, os critérios de atribuição de importância a um tipo de notícia.

Ecologia e poderes: o discurso ecológico da imprensa brasileira...

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Antonio T. de. *O Espelho do Privado: a cobertura noticiosa da Folha de S. Paulo sobre a desestatização no Brasil (1990-94)*. Brasília: Universidade de Brasília. Faculdade de Comunicação, 1995. (Dissertação de Mestrado).
- BARROS, Antonio T. de. "Atores e discursos ecológicos no Brasil: Ciência, Estado e Imprensa (1972-92)". Brasília: UnB, Departamento de Sociologia, 1999 (Tese de Doutorado).
- BERGER, Christa. *Em torno do discurso jornalístico*. Brasília: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 1995 (Mimeo).
- BERGER, Christa. *Do jornalismo: toda notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar a gente publica*. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (Orgs.). *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15 Editores, 1997.
- BERQUÓ, E. S. *Bioestatística*. São Paulo: EPU, 1981.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDIEU, P. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.
- CARVALHO, I. C. M. *Ecologia: um campo estratégico*. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, v.84, n.2, mar./abr. 1990.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1992.
- FOUCAULT, M. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- FRANÇA, V. Regina V. *Construção jornalística e dizer social*. In: MOUILLAUD, M., PORTO, Sérgio D. (Org.) *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Paralelo 15, 1997.
- HABERMAS, J. *Teoría de la acción comunicativa: racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid: Taurus, 1987.
- MACHADO, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- ORLANDI, Eni. *Discurso e leitura*. Campinas: EdUnicamp, 1988.
- RIBEIRO, Lavina M. *Imprensa e esfera pública burguesa*. Brasília: Universidade de Brasília, 1988 (Dissertação de Mestrado).
- RIBEIRO, Lavina M. *Contribuições ao estudo institucional da comunicação*. Teresina: EdUFPI, 1996.
- WILLIAMS, R. *Problems in materialism and culture*. London: Verso, 1980.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação*. Lisboa: Presença, 1995.